



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE DOIS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NA VISÃO DOS PROFESSORES**

CATARINA FRANÇA LOPO VIEIRA

ORIENTADORA: Dra. FATIMA ALI ABDALAH ABDEL CADER NASCIMENTO

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



CATARINA FRANÇA LOPO VIEIRA

A INCLUSÃO ESCOLAR DE DOIS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA VISÃO DOS PROFESSORES

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UnB - Pólo de CEILÂNDIA
Orientadora: Dra. FATIMA ALI ABDALAH ABDEL CADER NASCIMENTO

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

CATARINA FRANÇA LOPO VIEIRA

A INCLUSÃO ESCOLAR DE DOIS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA VISÃO DOS PROFESSORES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em ____/____/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Prof. Dra. FATIMA ALI ABDALAH ABDEL CADER NASCIMENTO
(Orientadora)

Prof. Ms. PATRICIA TUXI DOS SANTOS (Examinador)

CATARINA FRANÇA LOPO VIEIRA

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

A todos os profissionais da educação, em especial aqueles que acreditam numa educação de igualdades e oportunidades para todos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em minha vida; a minha família: Cláudio (esposo), Ismael e Cláudio (filhos) pela compreensão nos momentos de ausência durante a realização deste trabalho e pelo amor incondicional; aos professores entrevistados, que gentilmente colaboraram com essa pesquisa; aos tutores e a orientadora Fatima Cader, que com paciência e conhecimento contribuíram para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa foi conhecer as condições atuais da escola para receber estudantes inclusos e a percepção de duas professoras que trabalham com estudantes com deficiência visual-baixa visão do Município do Novo Gama, Estado de Goiás. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados: observação em sala de aula e entrevista com os professores e uma secretária escolar. Os dados obtidos mostraram que o ambiente escolar não é propício, uma vez que não há adequação do espaço físico; os professores necessitam de formação continuada; não existem variedades de recursos pedagógicos que contribuem para o aprendizado desses estudantes. No decorrer desse estudo dois estudantes, foram observados, ambos matriculados em uma escola pública da rede municipal do Novo Gama; na escola participante o material ampliado para os alunos com baixa visão é raro; não há integração dos alunos com deficiência com os demais; a escola não possui sala de recurso local; os estudantes se deslocam para o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico para receber atendimento com equipe multiprofissional; os conteúdos do currículo complementar como orientação e mobilidade, estimulação visual, transferência para o sistema braille e uso do sorobã não são oferecidos. Diante desses dados é possível concluir que o processo de inclusão desses estudantes na rede pública do Estado de Goiás, que faz parte da região integrada do desenvolvimento econômico, ou seja, região do entorno de Brasília, é um espaço que necessita de um investimento em políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

Palavras Chave: Baixa visão. Inclusão escolar. Educação especial.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
I.1 A ESCOLA INCLUSIVA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA	10
I.2 CONCEITO CLÍNICO E EDUCACIONAL	11
I.3 CAUSAS – IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO E NA APRENDIZAGEM	13
I.4 A RELEVÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA VISUAL	17
I.5 PROCESSOS DE REABILITAÇÃO OU DE HABILITAÇÃO PARA A NOVA CONDIÇÃO	19
I.6 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	23
II OBJETIVOS	26
II.1 OBJETIVO GERAL	26
II.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
III METODOLOGIA	27
III.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA	27
III.2 CONTEXTO DA PESQUISA	28
III.3 PARTICIPANTES	29
III.4 MATERIAIS	30
III.5 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	30
III.6 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	31
IV RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
V CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE	39
A - Roteiro das entrevistas	40
ANEXO	42
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-Professor (Modelo)	43

APRESENTAÇÃO

O processo de inclusão educacional visa imprimir o acesso a qualquer pessoa em qualquer espaço e procura fornecer o suporte de serviços da área de educação especial por meio de profissionais bem preparados, com especializações específicas. Pode-se dizer que a inclusão é um processo constante, gradual e interativo que requer a participação do próprio educando na construção de um ambiente escolar que lhe seja favorável.

Uma escola inclusiva propõe um trabalho educacional que contemple a diversidade de educandos frente a construção da cidadania numa perspectiva de educação para todos e com todos.

Inserir os educandos com necessidades educacionais na rede pública de ensino constitui o primeiro passo para a inclusão. Porém, se faz necessário medidas pedagógicas que garantam o acesso à aprendizagem e inclua o educando para que ele permaneça e cresça no seu aprendizado. A oferta de um currículo dinâmico e acessível, com ações docentes, fundamentadas em critérios claros e precisos em relação a adequação curricular se torna fundamental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997) constituem referências válidas para nortear a educação dos estudantes com necessidades especiais, bem como os demais. Seus pressupostos, objetivos e indicações consideram questões pedagógicas atuais e admitem a pluralidade de concepção e do fazer pedagógico, de forma a atender a diversidade dos educandos na escola e as peculiaridades de sua cultura.

Pode-se dizer que o currículo se caracteriza em um espaço dinâmico que é a escola. Ao lado do currículo formal, indicado nas propostas pedagógicas, nos documentos oficiais e nos regimentos escolares, existe o currículo em ação, entendido como o currículo real, aquilo que de fato, acontece na escola, é a interpretação que professores e estudantes constroem a partir dos elementos do currículo formal e das experiências de cada um.

Os alunos com deficiência visual não constituem um grupo homogêneo, como a própria raça humana não é homogênea, muito menos apresentam as mesmas características de aprendizagem. Desta forma, necessitam ter seus direitos de

acesso e permanência nos espaços sócio culturais, respeitados e garantidos. A sociedade necessita divulgar que capacidades e limitações fazem parte do ser humano, bem como evidenciar as capacidades das pessoas com deficiência visual.

Vários estudos demonstram que do ponto de vista intelectual não há diferença entre as pessoas com deficiência visual e as demais. Mas muitas vezes o estudante passa despercebido, tanto pelos pais, quanto pelos professores. Às vezes são estudantes que a escola diz serem inclusos, mas por diversos motivos não são assistidos adequadamente, uma vez que os conteúdos escolares privilegiam a visualização em todas as áreas do conhecimento, valorizando imagens, símbolos, letras, números e outros. Dessa forma, a escola deixa de ser um ambiente estimulador com condições favoráveis para que os estudantes possam desenvolver habilidades cognitivas e, consequentemente obter ganhos acadêmicos.

Para isso a escola deve ter a preocupação de agir com os estudantes inclusos de acordo com as suas especificidades e analisar as atitudes a respeito da inclusão dos mesmos. Deve oferecer propostas pedagógicas baseadas na interação do educando por meio de conteúdos adequados aos diferentes ritmos de aprendizagem, pois o desenvolvimento do estudante com deficiência visual acontece por caminhos diferentes dos demais por esse motivo, algumas aquisições levam mais tempo para serem assimiladas, com necessidade de permanente estimulação, com objetivo de alcançar progresso em todas as suas potencialidades.

Por entender que a educação inclusiva tem como fundamento tornar efetivo o direito à educação, a escola deve ser um instrumento para igualdade de oportunidades para todos.

Diante desse quadro o presente trabalho pretende identificar fatores que influenciam na inclusão escolar do educando com deficiência visual. Para tanto, devemos ficar alertas em relação aos preconceitos relacionados às práticas educativas e acreditar no potencial dos alunos inclusos que apresentam deficiência visual, pois, dessa forma poderemos desenvolver estratégias pedagógicas que atendam as necessidades do educando deficiente visual e possibilitem a sua inclusão escolar.

Meu interesse pela área teve inicio durante minha formação em pedagogia com habilitação em orientação educacional. Na época me interessava pelas

questões pertinentes a educação especial. Assumi minhas atividades profissionais junto a Secretaria Municipal do Novo-Gama, GO. No exercício profissional chamou minha atenção os alunos com deficiência visual incluídos na rede publica. Diante disso busquei conhecer o atendimento especializado na área oferecido em um centro de ensino especial para deficientes visuais em Brasília, e tive o interesse de verificar como o processo ocorre em uma escola do município do Novo-Gama em Goiás. Nosso interesse é conhecer para ampliar nosso exercício profissional junto a equipe de profissionais do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico Novo-Gama.

Ressaltamos que o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP) atende os estudantes com Necessidade Educacional Especial da Rede Pública Municipal de Ensino, encaminhados pelo professor para Atendimento Educacional Especializado.

Enquanto Psicopedagoga realize atendimentos voltados para superar dificuldades de aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Porém, me chama muito atenção o estudante com deficiência visual que por vezes passa despercebido pelo professor e não consegue aprender, uma vez que ações pedagógicas nem sempre são baseadas na interação desses educandos por meio de conteúdos adequados a sua Necessidade Educacional Especial.

I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

I.1 A ESCOLA INCLUSIVA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

O êxito na inclusão escolar depende, dentre vários fatores, da eficiência e da eficácia no atendimento à diversidade estudantil presente nas instituições de ensino. Numa concepção de escola inclusiva, segundo (BRASIL, 1998), deve-se ter em consideração os seguintes aspectos:

...elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, desde a concepção dos objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos; adotar metodologias diversas e motivadoras; avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar. (BRASIL, 1998, p. 17).

Segundo os PCN's (BRASIL, 1998, p. 17), a educação por um lado tem se destacado como um espaço privilegiado para a inclusão social dos cidadãos, tendo como mediadora a escola para todos como instância sociocultural. Por outro lado, os sistemas educacionais, bem como a própria sociedade de modo geral, têm experimentado dificuldades na inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Nesse contexto, para incluir as pessoas a sociedade precisa ser modificada no sentido de firmar convivência no contexto da diversidade humana, “*bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais*” (BRASIL 1998, p. 17).

A escola no âmbito da educação inclusiva deve também ser transformada. Segundo o PCN (BRASIL, 1998, p. 18), requer uma mudança de visão,

A educação eficaz supõe um projeto pedagógico que enseje o acesso e a permanência – com êxito – do aluno no ambiente escolar; que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades. A forma convencional da prática pedagógica e do exercício da ação docente é questionada, requerendo-se o aprimoramento permanente do contexto educacional. Nessa perspectiva é que a escola virá a cumprir o seu papel, viabilizando as finalidades da educação. (BRASIL, 1998, p. 18).

Nesse sentido, a educação especial tem sido definida no Brasil, numa perspectiva que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados,

segundo a nova LDB, “*trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania*” (BRASIL, 1998, p. 19).

Ainda segundo o PCN, a educação especial,

realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos. Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais. (BRASIL, 1998, p. 19).

Portanto, a educação especial deve alargar o acesso à educação, remover barreiras, consolidar a plena participação, o direito à igualdade e dar oportunidade em todos os níveis de ensino.

O MEC, por meio dos PCN's, enfatiza que

Falar em necessidades educacionais especiais supera o atendimento específico ao aluno e passa a significar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais, a exemplo dos alunos com deficiência visual, dentre outros. O atendimento dos estudantes, nesse contexto, pode requerer da escola, mesmo que temporariamente, tratamentos diversificados dentro do mesmo currículo. (BRASIL, 1998, p. 23)

Os estudantes com deficiência devem ser tratados da mesma forma que os demais, baseado no princípio de igualdade para todos, em se tratando de dignidade e direitos humanos. Porém, eles devem ser tratados de forma diferenciada em função de suas especificidades e necessidades especiais advindas do tipo de deficiência que possuem.

I.2 CONCEITO CLÍNICO E EDUCACIONAL

O termo deficiência abrange qualquer tipo de comprometimento físico ou mental do ser humano, causando prejuízos à sua mobilidade, fala, compreensão, orientação espacial e contato com as demais pessoas.

Nessa perspectiva, uma doença ou trauma na estrutura do sistema visual pode provocar no indivíduo impedimentos quanto “à aquisição de conceitos, acesso direto à palavra escrita, à orientação e mobilidade independente, à interação social e ao controle do ambiente, o que poderá trazer atrasos no desenvolvimento normal” (BRASIL, 2002, p. 1).

A classificação tradicional de deficiência visual tem sido feita a partir do cálculo da acuidade visual e do campo visual. De acordo com ela, cego é quem não enxerga nada ou que enxerga até 5% da capacidade visual normal. A pessoa de baixa visão é a que enxerga entre 5% e 25% da capacidade visual normal. (SOUZA, 2005, 23)

A deficiência visual pode ser dividida em cegueira ou baixa visão.

Segundo o MEC (BRASIL, 2006, p. 16), a cegueira é a perda total da visão, até a ausência de projeção de luz e a baixa visão é a alteração da capacidade funcional da visão.

Para Ochaíta e Espinosa (2004 p. 1), a cegueira é uma deficiência sensorial na qual as pessoas que dela convivem tem seu sistema visual de coleta de informações parcial ou totalmente prejudicado.

Portanto, quando se fala de cegos, se faz referência a uma população bastante heterogênea, que inclui não apenas as pessoas que vivem na escuridão total, mas também aquelas que têm problemas visuais suficientemente graves para serem consideradas legalmente cegas, embora tenham resquícios visuais que possam ser aproveitados para seu desenvolvimento e sua aprendizagem. (OCHAÍTA E ESPINOSA, 2004, p. 1)

Trataremos nesta pesquisa tanto a cegueira, quanto a baixa visão como deficiência visual, haja vista que as duas situações configuram deficiências, não impedindo dessa forma uma abordagem pedagógica diferenciada para cada realidade específica. Salientamos que para o MEC além da definição clínica de deficiência visual, há também a definição educacional na qual afirma que a pessoa com cegueira necessita do sistema braile para leitura e escrita enquanto a com baixa visão necessita de material ampliado para leitura e escrita e notações das áreas de exatas.

1.3 CAUSAS - IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO E NA APRENDIZAGEM

A visão é responsável pela maior parte dos conhecimentos que adquirimos ao longo da vida e pela integração entre o indivíduo e o meio no qual vive.

Nesse sentido, a incapacidade de ver ocasiona ao indivíduo perdas no âmbito pessoal e funcional, bem como na capacidade de interagir com o meio e com as demais pessoas.

Thomas Carroll (1968) descreve as seis perdas básicas impostas a pessoa com deficiência visual, a saber:

- segurança psicológica,
- habilidades básicas,
- comunicação escrita e progresso informativo,
- apreciação do belo e do agradável,
- ocupação e situação financeira,
- personalidade total.

Essas perdas variam de acordo com a patologia ocular e com as experiências adquiridas ao longo da vida.

A deficiência visual, especialmente a relacionada a baixa visão, muitas vezes, passa despercebida por pais e professores, sendo detectada somente no momento em que a escola aumenta os níveis de exigência quanto ao desempenho visual do estudante.

A detecção precoce de qualquer dos problemas pode constituir fator decisivo no desenvolvimento global da criança, desde que sejam propiciadas condições de estimulação adequada a suas necessidades de maturação, favorecendo o desenvolvimento máximo de suas potencialidades e minimizando as limitações impostas pela incapacidade visual. (BRASIL, 2006, p. 18).

A convivência com os estudantes em sala de aula possibilita ao professor a observação de sintomas e condutas que podem indicar a necessidade de uma análise clínica especializada.

O MEC especifica alguns dos sintomas e das condutas que podem contribuir na identificação de alunos com deficiência visual:

SINTOMAS	CONDUTAS DOS ESTUDANTES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tonturas, náuseas e dor de cabeça; ▪ Sensibilidade excessiva à luz (fotofobia); ▪ Visão dupla e embaçada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperta e esfrega os olhos; ▪ Irritação, olhos avermelhados e/ou lacrimejantes; ▪ Pálpebras com as bordas avermelhadas e inchadas; ▪ Purgações e terçóis; ▪ Estrabismo; ▪ Nistagmo (olhos em constante oscilação); ▪ Piscar excessivamente; ▪ Crosta presente na área de implante dos cílios; ▪ Franzimento da testa, ou piscar contínuo, para fixar perto ou longe; ▪ Cautela excessiva ao andar; ▪ Tropeço e queda frequentes; ▪ Inquietação e irritabilidade; ▪ Dificuldade para leitura e escrita; ▪ Aproximação excessiva do objeto que está sendo visto; ▪ Postura inadequada; ▪ Fadiga ao esforço visual.

FONTE: BRASIL, 2006, p. 18 e 19.

Na atualidade ainda há, como pode ser constatado nos resultados da pesquisa, certa negligência por parte das pessoas acerca do potencial intelectual do estudante com deficiência visual. Esse fato decorre da falta de compreensão social acerca das suas limitações e potencialidades em relação aos demais estudantes.

Segundo o MEC (BRASIL, 2006, p. 34), “*O fato, motivado pelo desconhecimento das possibilidades da pessoa que tem essa deficiência gera, muitas vezes, a falsa convicção de que à deficiência visual se vinculam sempre dificuldades de aprendizagem e até mesmo déficit intelectual*”.

Verifica nesse posicionamento a necessidade de se divulgar as especificidades do processo de acesso aos conteúdos acadêmicos e socioculturais por parte das pessoas com deficiência visual. é preciso romper com preconceitos em relação ao processo de aprendizagem e de acesso as informações. provavelmente, esse processo será viável a partir do momento que houver mais políticas públicas voltadas para o processo de formação continuada dos professores a esse respeito vamos constatar que

Por muito tempo, o tratamento destinado a esses alunos tinha como objetivo sua adaptação, numa tentativa explícita de “normalização da deficiência” (como se isso fosse possível), numa total negligência para com a singularidade e complexidade do processo de construção de conhecimento. (ROTH, 2006, p. 17)

Nesse sentido, estudos demonstram que do ponto de vista intelectual não há diferenciação entre A PESSOA COM DEFICIENCIA visual e as dotadas de visão.

A potencialidade mental do indivíduo não é alterada pela deficiência visual. O seu nível “funcional”, entretanto, pode estar reduzido, pela restrição de experiências que, adequadas às suas necessidades de maturação, sejam capazes de minimizar os prejuízos decorrentes do distúrbio visual. (BRASIL, 2006, p. 34).

Algumas variáveis que podem influenciar o desenvolvimento educacional do estudante com deficiência visual:

Idade da manifestação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A fase da vida em que o indivíduo adquiriu a deficiência visual determina a sua necessidade de atenção especial para alguns aspectos do seu processo educacional. A quantidade de imagens acumuladas pelo aluno com deficiência determinará o conjunto de necessidades específicas, técnicas e estratégias de ensino. ▪ O estudante com cegueira congênita¹, que não conserva imagens visuais úteis, experimenta o mundo por meio do tato, da audição, do olfato, do paladar percebendo-o e experimentando-o de forma diferente dos demais. Este fato ressalta a necessidade de se prover estímulos complementares à exposição do conteúdo que se pretende transmitir ao aluno com deficiência visual, através da multiplicação de vivências perceptíveis em torno de uma mesma noção. ▪ O indivíduo que perdeu a visão mais tarde em sua vida, após a sua alfabetização, dispõe de uma bagagem de informações visuais que facilitam a continuidade do processo educacional.
O tempo transcorrido desde a perda da visão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É outro fator importante no processo de adaptação do indivíduo à situação educacional. Aquele que convive com a deficiência visual a mais tempo está em situação diferente daquele que se encontra sob o impacto emocional de uma perda recente.
O tipo da manifestação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O indivíduo que perde a visão subitamente apresenta reações emocionais diferentes daqueles cuja visão vai se apagando lentamente. À medida que, quer na perda gradual, quer na súbita, diferentes reações podem influir e trazer implicações também ao desenvolvimento do processo educacional.
A causa do distúrbio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O conhecimento da causa poderá indicar se o estado geral do indivíduo está comprometido, se o processo patológico se limita aos olhos, qual o tratamento ministrado e quais os cuidados necessários.

FONTE: BRASIL, 2006, p. 36 e 37.

O professor numa perspectiva inclusiva deve “ajudar a criança com deficiência visual a lidar com frustrações e motivá-la a investigar, construir novos significados. Isto irá reforçar sua identidade e constituirá a base da futura aprendizagem”. (BRASIL, 2006, p. 58). A questão que se coloca é: será que o professor consegue realizar essas funções além de garantir a transmissão dos

¹ Aquele que perdeu a visão nos primeiros anos de vida (MEC, 2006, p. 36).

conteúdos? Será que não seria necessária a presença do orientador educacional, do psicopedagogo ou até mesmo da formação continuada para o professor, não seriam medidas necessárias para garantir o espaço ideal para os alunos tenham eles necessidades educacionais especiais ou não?

Nesse sentido, o professor alfabetizador, segundo o MEC (BRASIL, 2006, p. 58), deve levar em consideração todos os aspectos de desenvolvimento da criança, bem como necessita conhecer as especificidades da deficiência do seu aluno, entre elas é necessário conhecer:

- Qual o grau de perda da visão da criança?
 - O que a criança sabe?
 - Que tipo de experiência teve anteriormente?
 - Que oportunidades lhe foram oferecidas?
 - O que lhe é significativo neste momento?
 - O que a criança quer saber fazer nesse momento?
 - Qual é o nível de envolvimento de sua família?
- (BRASIL, 2006, p. 58)

Essas são informações básicas que o professor deve acessar para conhecer o processo de constituição da subjetividade na presença da deficiência. nesse contexto, a parceria com a família se torna crucial, uma vez que ela poderá ajudar no fornecimento das informações básicas sobre o processo de escolarização da criança. a esse respeito o MEC ressalta que o processo de aprendizagem deve ser permeado “*de ação funcional, significativa, vivenciada e construída pela criança mediante cooperação conjunta professor-estudante-colegas e família.*” (BRASIL, 2006, p. 58). Além disso, ressalta que:

Cabe ao professor a análise de cada caso, a organização e a sistematização de atividades pedagógica específicas, necessárias ao desenvolvimento integral do aluno, como também propor e adaptar atividades lúdicas, prazerosas e situações de interação, socialização e participação coletiva com os demais alunos da escola. (BRASIL, 2006, p. 58).

Para que o atendimento ao aluno com deficiência visual em classe regular seja eficiente e eficaz é necessário que o professor tenha clareza do seu papel no processo de ensino e aprendizagem. Na realidade, a inclusão requer muito da disposição do professor para as singularidades de cada aluno, resta saber se o professor terá uma rede de apoio para conseguir cumprir sua função? O MEC estabelece diretrizes que devem ser assumidas pelo professor regente como

- Procurar obter todas as informações sobre como o aluno percebe o meio, elabora suas percepções, pensa e age;
 - Ensinar, acompanhar e verificar a aprendizagem, deixando ao professor especializado as tarefas que exigem conhecimento específico ou uso de recursos especiais;
 - Recorrer ao professor especializado sempre que precisar de orientações específicas que norteiem seu trabalho em classe;
 - Verbalizar, na medida do possível, situações que dependem exclusivamente do uso da visão;
 - Procurar não isentar o aluno das tarefas escolares;
 - Fazer as verificações de aprendizagem do estudante com deficiência visual no mesmo momento em que as realiza com os demais;
 - Utilizar, quando possível, materiais que atendam tanto ao aluno com deficiência visual quanto aos de visão normal;
 - Propiciar oportunidades para que o estudante vivencie situações que interessem ao desenvolvimento da matéria.
- (BRASIL, 2006, p. 139)

Porém para que o professor acesse essas informações deverá ser orientado por uma equipe especializada em deficiência visual no sentido de dominar áreas que o permitiram avaliar com maior precisão a habilidade visual e o potencial de linguagem e pensamento do aluno com deficiência visual. Esse aspecto não é abordado de forma clara e nítida pelo MEC, há referência das políticas públicas locais garantirem a formação continuada do grupo de professores.

I.4 - A RELEVÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (art. 58 e seguintes), “*o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.*”

O entendimento equivocado desse artigo pode levar a ideia de substituição do ensino regular pelo ensino especial, algo que é inaceitável perante a legislação brasileira, especialmente em se tratando da Constituição Federal.

O atendimento educacional especializado, denominado pela LDB de Educação Especial (Art. 58 e seguintes), apresenta duas facetas distintas:

Segundo Fávero (2007, p. 17),

A primeira levou à organização de escolas separadas, chamadas de especiais ou especializadas, voltadas apenas para pessoas com deficiência, nas quais normalmente se pode cursar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, substituindo totalmente o acesso a uma escola comum. A

segunda faceta da Educação Especial é a que vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, frequência a um mesmo ambiente por alunos com e sem deficiência, entre outras características.

Para Fávero (2007, 17) “*a segunda faceta configura o atendimento educacional especializado como apoio ou complemento que visa oferecer o que há de específico na formação de um estudante com deficiência sem impedi-lo de frequentar os ambientes do ensino regular.*”

Um exemplo desse serviço são as salas de recursos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que atuam no apoio dos educandos com deficiência para a superação das dificuldades de aprendizagem.

As salas de recursos são criadas e instaladas em estabelecimentos de ensino regular, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão central de educação, contando com um professor especializada à disposição da unidade escolar onde a mesma se encontra instalada. (MASI, 2002, p. 15)

Essa concepção de apoio ou complemento do Ensino Regular, diferente da primeira, não nega o direito e acesso à Educação para todos, a convivência e o respeito às diferenças. Mas propõe que o currículo complementar seja efetivamente garantido ao aluno com deficiência visual.

O atendimento educacional especializado deve ser oferecido em todos os níveis de ensino e de preferência “*nas escolas comuns da rede regular*²” (FÁVERO, 2007, p. 27).

Para os estudantes com deficiência visual o atendimento educacional especializado necessita de materiais didáticos específicos como, por exemplo, “*regletes, soroban, além do ensino do código de braile e de noções sobre orientação e mobilidade, atividades de vida autônoma e social.*” (FÁVERO, 2007, p. 40). aspectos acadêmicos que geralmente são trabalhados em centros de ensino especializado no contra turno.

O estudante com deficiência visual deve também aprender a utilizar outras ferramentas de comunicação como sintetizadores de voz tais como: Dosvox e Dolphin que possibilitam a escrita e a leitura por meio de computadores.

² O significado do termo “regular” é encontrado no Parecer CNE/CEB nº 11/00 (pág. 132, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos). Regular é, em primeiro lugar, o que está ‘sub lege’, isto é, sob o estabelecido em uma ordem jurídica e conforme a mesma.

Esses recursos contribuem para o bom desempenho do estudante com deficiência visual no domínio dos conteúdos propostos nas escolas de ensino regular.

Segundo Raposo (2010, p. 160), “*a utilização das chamadas tecnologias assistivas³ tem proporcionado maior independência e autonomia para as pessoas com deficiência visual.*” A questão que se coloca refere-se ao acesso as tecnologias, aos computadores, sintetizadores de voz, enfim, há tecnologia porém o acesso a mesma muitas vezes é inviável em função dos custos em relação ao baixo poder aquisitivo da população com deficiência visual.

I. 5 PROCESSOS DE REABILITAÇÃO OU DE HABILITAÇÃO PARA A NOVA CONDIÇÃO

As perdas decorrentes da deficiência visual envolvem todos os aspectos da vida e o seu impacto interfere nas dimensões física, psicológica e social. Apesar de todas as limitações impostas a pessoa com deficiência visual é possível por meio de atendimentos especializados, reorganizar e ressignificar a sua vida.

Os programas de reabilitação promovem uma abordagem do indivíduo de forma integral desde aspectos médicos, sociais, educacionais e de trabalho que facilitam o conhecimento das necessidades proporcionando um tratamento adequado para a adaptação às novas condições de vida. Para tanto, esse trabalho é efetivado por uma equipe multidisciplinar.

Segundo Wright (1980), “*a reabilitação é um processo facilitativo para capacitar uma pessoa com deficiência a mobilizar seus próprios recursos para decidir o que deseja, o que é capaz de ser, escolher seu próprio caminho e atingir seus próprios objetivos.*”

Sob essa concepção a reabilitação ultrapassa os limites da medicina, pois preocupasse também com a valorização do ser humano e com a canalização de sua energia para a autonomia e produtividade. Nesse contexto, a pessoa com deficiência

³ Tecnologia assistiva é o “ramo da ciência voltado para pesquisa, desenvolvimento e aplicação de instrumentos que aumentam ou restauram a função humana [...]. Tecnologia Assistiva é, portanto, toda aquela desenvolvida para permitir o aumento da autonomia de pessoas com deficiência.” (Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18622.html>).

visual é mobilizada a se ajudar, a perceber as suas potencialidades e limites e a usá-los para o seu próprio benefício.

O processo de reabilitação nessa concepção é flexível e tem como objetivo começar pela independência pessoal e depois se ampliar para outras dimensões da vida como a empregabilidade.

Portanto, a reabilitação não é tão somente um processo que visa a adaptação pessoal da pessoa com deficiência através de seus componentes médicos, sociais, psicológicos, educacionais e profissionais, é também uma ideologia e um meio que permite o desenvolvimento máximo de toda a pessoa atingida por uma limitação. (MASI, 2002, p. 39).

Esse processo baseia-se em princípios que valorizam os esforços no sentido do aproveitamento máximo do potencial das pessoas com deficiência dentro de suas limitações e potencialidades.

Para Masi (2010, p. 39),

Os profissionais envolvidos no processo têm como papel fundamental auxiliar a pessoa com deficiência a tomar decisões, provendo-a das informações necessárias para que ela possa se desenvolver, estabelecer objetivos e ter condições para alcançá-los.

Nota-se na fala de Mais, que as atividades precisam ser realizadas com o aluno e nunca para o aluno. o objetivo do atendimento educacional é viabilizar o acesso as informações para que o aluno consiga elaborar seus conceitos e realizar suas tarefas.

Segundo esse raciocínio faz se necessário a atuação multidisciplinar, essa garante uma abordagem integral na qual são envolvidos profissionais necessários e com especialização adequada para que o processo de reabilitação atinja o seu objetivo.

Segundo Muniz (1980), “os fins estabelecidos deverão ter ação coordenadora que garanta a unificação dos esforços dos elementos da equipe. Para isso, é necessária a existência de uma filosofia de trabalho que proporcione uma visão do reabilitando “como um todo”.”

A clareza de papéis e funções é de suma importância para o trabalho da equipe multidisciplinar, pois a “estruturação adequada do trabalho, a especificação das tarefas, as metas realistas, os limites de responsabilidade de cada um, a

flexibilidade operacional são alguns pontos que contribuirão para um melhor funcionamento da equipe.” (MUNIZ, 1980).

Para Masi (2010, p. 41-42), o serviço de reabilitação deve envolver as seguintes áreas:

ASPECTOS	ÁREAS DE APOIO	ATRIBUIÇÕES
Subjetivos	Serviço Social	Tem como atuação o desenvolvimento pessoal da pessoa com deficiência visual, contribuindo para que consiga alcançar níveis de atuação consciente, plena e produtiva no seu meio. É também um profissional dedicado a levantar as necessidades da pessoa e da família.
	Psicologia	Promove a avaliação psicológica e realiza um trabalho que visa a obtenção de condições internas favoráveis para o processo, melhor adaptação a deficiência, crescimento intrapsíquico e outros aspectos da vida.
	Fisioterapia	Terapia corretiva, terapia do movimento, atividades físicas, visando a plena capacidade física da pessoa
Objetivos	ÁREAS FUNCIONAIS	ATRIBUIÇÕES
	Atividade de Vida Diária	Desenvolve um programa que busca satisfazer as necessidades pessoais e sociais na execução das atividades da vida diária de forma independente e autossuficiente (alimentar-se, cuidados pessoais, administração doméstica, etc).
	Comunicação	Readaptação na comunicação escrita e no progresso informativo, ajuda a pessoa não somente no seu ajustamento pessoal, mas também nos aspectos educativos, vocacionais e carreira profissional, com a utilização dos meios específicos para as pessoas com deficiência visual (Braille, soroban uso de auxílios ópticos, informática).
	Orientação e mobilidade	Orientação que envolve a utilização de recursos mecânicos, ópticos e eletrônicos, além da própria locomoção física e orientação mental, visando a independência na locomoção
	Desenvolvimento de habilidades para o	Proporciona condições de experiência na execução de atividades manual ou do tipo

	trabalho	industrial, desempenho e produtividade visando auxiliar a pessoa com deficiência visual na compreensão das suas capacidades e limitações na execução de uma atividade.
	Orientação profissional	Avaliação das potencialidades e necessidades individuais e as formas pelas quais essas potencialidades e necessidades poderão atender às expectativas pessoais e às exigências do mercado de trabalho.
	Colocação e seguimento profissional	Atividades que incluem orientação na decisão profissional, treinamento nas habilidades para a procura de trabalho e negociações com empresários.

FONTE: MASI (2010, p. 41, 42).

Os programas de reabilitação podem ser de caráter global, com utilização de recursos da própria comunidade ou básico. Resta saber se os alunos que frequentam o ensino regular recebem esses atendimentos complementares, sendo esse um dos objetivos da nossa pesquisa. Como se dá esses atendimentos para os alunos com deficiência visual matriculados no Novo Gama?

Segundo Masi (2010, p. 42), “a Reabilitação Global é um processo especializado, como citado anteriormente, com atuação de equipes multidisciplinares, bem como recursos tecnológicos, financiamento e adequação de espaço físico para o seu desenvolvimento.”

Para a autora em referência essa modalidade de atuação da equipe de reabilitação,

Fornece instrumentos de avaliação e material para estudos e pesquisas, partindo da filosofia de ação e do reconhecimento de que o ser humano deve ter o atendimento e o tratamento de suas necessidades por meio de padrões técnicos decorrentes do conhecimento científico do mais alto nível. Como nem sempre é possível realizar os programas dentro desses padrões devido a problemas de ordem econômica de recursos humanos, de ampliação de atendimento em termos quantitativos, têm-se buscado formas alternativas para o atendimento do deficiente visual. (MASI, 2010, p. 42).

A reabilitação com recursos da própria comunidade se dá por meio de programas realizados pelas organizações de e para cegos que utilizam recursos da própria comunidade, ou seja, “lideranças locais, contratos de parceria com serviços, recursos materiais, físicos e financeiros da comunidade.” (MASI, 2010, p. 43).

Os aspectos salientados por MASI levam-nos a questionar se essa realidade se aplica aos grandes e pequenos centros urbanos, as escolas públicas e privadas, sejam elas municipais, estaduais ou distritais. Essa é mais uma fonte a ser investigada por estudos futuros, buscarmos conhecer a realidade de uma escola municipal, para podermos realizar novas inferências.

Por fim, a reabilitação básica refere-se aos atendimentos básicos para o deficiente visual, como, por exemplo, atividades de vida diária, comunicação e orientação e mobilidade.

I.6 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dados da Organização Mundial de Saúde – OMS revela a existência de aproximadamente 40 milhões de pessoas deficientes visuais no mundo, dos quais 75% são provenientes de regiões consideradas em desenvolvimento.

O Brasil, segundo essa mesma fonte, deve apresentar taxa de incidência de deficiência visual de 1,0 a 1,5% da população, sendo de uma entre 3.000 crianças com cegueira e de uma entre 500 crianças com baixa visão. Calcula-se que os dados estimados poderiam ser reduzidos pelo menos à metade, se fossem tomadas medidas preventivas eficientes. (BRASIL, 2006, p. 17).

Segundo dados do censo escolar de 2002 realizado pelo INEP (BRASIL, 2006, p. 17), “*registra 20.257 alunos com deficiência visual na educação básica do sistema educacional brasileiro.*” A análise dos dados demonstra que boa parte das crianças, jovens e adultos com deficiência visual encontram-se fora da escola. Essa é uma realidade que não poderia existir segundo a Legislação Brasileira.

O atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394, de 20/12/1996.

A Constituição Federal no artigo 208, diz que “*O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.*” (BRASIL, 1988, p. 95)

A LDB, no capítulo V, artigo 58, entende a educação especial como “*a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de*

ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". (BRASIL, 1996, p. 21)

Para tanto, nos parágrafos do referido artigo, destacam-se os seguintes critérios a serem observados no atendimento aos estudantes com necessidades especiais:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

O artigo 59, da LDB determina que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 21 e 22)

Nesse sentido, a escola inclusiva exige uma nova organização curricular que considere as necessidades de todos os alunos e favoreça a construção da autonomia social e educacional.

A escola inclusiva, numa dinâmica promissora, busca a reorientação curricular, propondo uma nova forma de abordar os conteúdos curriculares no cotidiano escolar. O planejamento curricular coletivo pode acontecer por áreas, ciclos ou assuntos de interesse comum. Esta ação da escola desloca o enfoque das sequências lógicas, de conhecimentos, ordenamento e grades horárias, passando para um novo entendimento do currículo e sua função. Tal concepção propõe a revisão dos conteúdos e suas prioridades, objetivos, temporalidade, considerando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. (ROTH, 2006, p. 21)

Participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre o outro, em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações. Com este pressuposto, sugere-se que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais seja um processo de ensino-aprendizagem, onde tanto o professor como o aluno aprende e ensina.

Daí a necessidade da escola preocupar-se com a comunidade da qual faz parte, para que possa elaborar um currículo capaz de atender a heterogeneidade de seus alunos, que possuindo ou não necessidades educacionais especiais, têm processos diferenciados de aprendizagem e, portanto, exigem uma atenção maior na efetivação de uma prática pedagógica inclusiva.

II OBJETIVOS

II.1 OBJETIVO GERAL

- Conhecer as condições atuais da escola pública municipal para receber estudantes com baixa visão e cegueira

II.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os desafios no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual segundo a percepção dos professores regentes;
- Verificar se os recursos pedagógicos que atendam a realidade dos estudantes com deficiência visual são utilizados no ambiente da sala de aula regular;
- Verificar a acessibilidade aos recursos ópticos e não ópticos com intuito de melhorar as capacidades perceptivas (tátil, visual e auditiva) dos estudantes;
- Conhecer se os estudantes com deficiência visual possuem amigos na escola, se marcam trabalhos fora do ambiente escolar;
- Conhecer a opinião dos professores regentes a respeito da inclusão dos estudantes com deficiência visual.

III METODOLOGIA

I.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA

De acordo com Gil (1999) a pesquisa tem caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para o problema mediante o emprego de procedimentos científicos.

Não pretendemos apresentar resultados inéditos com a experiência a ser pesquisada, mas aproximarmos ao máximo da realidade de inclusão da escola por meio de observação e diálogo com objetivo de confirmar ou contraditar hipóteses acerca do estudo proposto.

De acordo com Deslandes, Neto e Gomes (1994)

a objetivação consiste na tentativa de aproximação da realidade, aproximação essa enquanto dimensão possível de explicação dos fenômenos, numa totalidade satisfeita, pois não pode ser reduzida a nenhum dado da pesquisa. (p.77)

Assim, o cientista social necessita considerar que a realidade precisa ser considerada dentro de uma perspectiva objetiva. Ainda nessa concepção metodológica as técnicas qualitativas surgiram como mais um recurso com objetivo de atingir o conhecimento dos fenômenos humanos e sociais, e buscam a realidade subjetiva dos indivíduos que participam de uma construção social, por meio de entrevistas de pesquisas participantes, relatos de história de vida, das quais o pesquisador busca principalmente o significado que os homens dão a vários aspectos da realidade.

De acordo com Deslandes, Neto e Gomes (1994, p. 54),

O lugar primordial, em se tratando de pesquisa social, é ocupado pelas pessoas e grupos numa dinâmica de interação social. As pessoas e grupos são subjetivos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma elaboração teórica para transformá-la em objeto de estudo. Assim, o campo apresenta como principal nas manifestações de intersubjetividade e interação entre pesquisador e grupos estudados com possibilidade de criar novos conhecimentos.

Segundo MINAYO (1994) por meio da entrevista o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos autores sociais. Configura-se numa forma dialógica de coleta de dados e de inserção na realidade social a ser pesquisada.

Escolheremos pela análise documental observação em sala de aula e entrevista.

Quanto à forma, Deslandes, Neto e Gomes (1994, p. 58) salientam que:

As entrevistas em geral podem ser estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Na entrevista aberta ou não estruturada, o informante aborda livremente o tema proposto, ao contrário das entrevistas estruturadas que pressupõem perguntas formuladas previamente semiestruturadas.

Os estudos serão aprofundados por meio do confronto entre a prática observada no cotidiano da escola e as teorias acerca da inclusão para estudantes com deficiência visual.

Por entender a importância de se fazer um estudo investigativo voltado para a inclusão de estudantes com deficiência visual no segundo ano do ensino fundamental, a pesquisa será qualitativa realizada por meio de recursos tais como entrevistas a 02 (dois) professores em um universo de cinco professores que trabalham com estudantes deficientes visuais no Município de Novo Gama - GO.

A técnica da observação participante possibilita o contato direto do professor com o fenômeno a ser observado para o levantamento de informações sobre a realidade (contradições, dinâmicas interna, etc.) dos atores sociais em seus próprios contextos. *“O observador enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto.”* (DESLANDES, NETO E GOMES, 1994, p.59).

III.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A Instituição escolhida para realizar o estudo foi uma escola da Rede Pública Municipal do Estado de Goiás, localizada a 35 Km de Brasília. Essa Instituição possui 548 estudantes, desses apenas 02 possuem deficiência visual – baixa visão, não havendo outras deficiências na escola. A escola funciona em dois turnos atendendo a demanda nas séries iniciais do ensino fundamental. Segundo a secretaria da escola os estudantes residem aproximadamente a 2 km de distância da escola.

A escola está inserida numa comunidade cujo município foi emancipado no ano de 2005. Portanto ainda não dispõe de toda infra – estrutura econômica, social, política e educacional para o seu pleno desenvolvimento.

É administrada pela diretora denominada aqui de D, já selecionada por meio de concurso público municipal com provas escritas e títulos, há ainda professores de contratos temporários que participam de uma avaliação psicológica e prova escrita.

Dispõe atualmente de sete salas de aula, um depósito, uma cantina, quatro banheiros sendo dois masculinos, dois femininos e um pequeno pátio. As turmas são compostas em média por 38 a 40 estudantes, e há dois estudantes com deficiência visual, matriculados no 2º ano de ensino fundamental em turmas e turnos diferentes. Não há redução de número de estudantes e de acordo com a escola uma das causas da deficiência visual é o glaucoma e a outra é catarata. A escola não possui estudantes com outro tipo de deficiência.

Atualmente, a instituição escolar conta também com um professor interprete (Libras), que está trabalhando com turma regular haja visto que a escola não possui nenhum estudante com deficiência auditiva.

III.3 PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa foram: duas professoras e uma secretária escolar.

Participaram desse estudo 03 pessoas. Desse universo, uma é secretária escolar e duas são professoras da Secretaria Municipal de Ensino de Novo Gama-GO, ambas da mesma escola e com alunos com a mesma Necessidade Educacional Especial, (baixa visão) Com a intenção de preservar o anonimato das participantes identificaremos as docentes por professora A e professora B. Eis o seu perfil:

Professora A tem 40 anos, graduada em Pedagogia e Pós Graduada em Orientação do Ensino Especial, com 16 anos em exercício. Atualmente leciona no 2º ano do ensino fundamental-Séries Iniciais, há um ano atua com estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.

Professora B tem 41 anos e possui duas graduações, sendo uma na área de matemática e outra em pedagogia. Também Pós Graduada em Orientação do Ensino Especial, com 11 anos em exercício. Atualmente leciona no 2º ano do ensino fundamental-Séries Iniciais e há cinco atua com alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Vale ressaltar que o fato das duas serem do sexo feminino, foi mera coincidência. A única exigência foi que os professores entrevistados teriam que ser regentes de turmas inclusivas do ensino fundamental – séries iniciais da escola pública da rede municipal de educação. O objetivo foi conhecer as condições atuais da escola pública municipal para receber estudantes com baixa visão e cegueira.

Ainda participou como entrevistada, a secretaria escolar a qual nos forneceu informações referentes à instituição escolar tais como: Localização da escola; número de estudantes matriculados número de salas e distância aproximada das residências dos estudantes até a escola..

III.4 MATERIAIS

Os materiais utilizados para a construção, organização e análise das informações foram papel, caneta, cartucho de tinta para impressora. Utilizou enquanto equipamentos um computador, impressora.

III.5 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

Observação em sala de aula e roteiro de entrevistas.

Os instrumentos escolhidos para coleta de dados foram observação em sala de aula e questionários. Esta escolha decorre dos seguintes fatores: são menos dispendiosos por tratar de um instrumento mais distante de quem se responde, não havendo possibilidade de interferência da subjetividade do entrevistador; por representar uma forma de se garantir o anonimato de quem responde, oferecendo assim mais liberdade ao respondente e por oferecer menor pressão para uma resposta imediata. Para a aplicação dos questionários, preparamos previamente as questões para posteriormente conseguir respostas escritas dos sujeitos da amostra.

A entrevista também foi escolhida como instrumento, por superar as dificuldades que alguns indivíduos encontram nas pesquisas por escrito. Muitos deles expressam-se muito melhor por meio do discurso oral e por haver a possibilidade de se corrigir enganos dos informantes, à medida que se desenrola a entrevista. Na entrevista utilizou-se o mesmo instrumento, o que variou foi a forma de sua aplicação.

Em relação aos questionários destinados aos professores, estes continham (sete) questões que foram organizados em (3) três partes: a primeira com uma breve explicação do objetivo da pesquisa por parte da entrevistadora, a segunda, com identificação e qualificação do profissional e a terceira com perguntas, sobre as condições atuais da escola pública municipal para receber estudantes com baixa visão e cegueira e o posicionamento dos professores com relação à inclusão.

III.6 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

O presente estudo foi desenvolvido no mês de dezembro, período em que estabelecemos os primeiros contatos com o local e com os participantes desse trabalho. Assim sendo, primeiro realizou-se uma visita informal a escola, nesse mesmo dia a diretora assinou a autorização para a realização desse estudo na instituição que dirige. Ficou acertado com a diretora, coordenadora e a professora uma observação em sala de aula e a realização de entrevistas com as professoras que atuam com estudantes com necessidades educacionais especiais. Posteriormente realizou-se observação em uma turma do 2º ano com 39 estudantes sendo um com deficiência visual - baixa visão. Ressalta-se que não realizou observação nas duas turmas em função da professora não ter autorizado.

IV RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início da aula a professora trabalhou a disciplina de matemática por meio de adição e subtração sem reserva, solicitou que alguns estudantes fossem até a lousa para resolver algumas situações – problemas com o auxílio dos colegas e da professora. Observou-se que em nenhum momento a professora relacionou o

conteúdo com outra área do conhecimento ou com o cotidiano social. A estudante com baixa visão não participou desta atividade, porém, a mesma realizou o exercício no próprio caderno. Verificou-se que a estudante não fez uso de caderno adaptado, muito menos de lápis 6B, caneta ponta porosa régua ou lupa. Notou-se que o registro escrito da estudante é realizado com letras ampliadas com alternância de linhas, as letras são legíveis e a estudante consegue ler o próprio registro.

No decorrer da aula, a estudante com deficiência visual ficou sentada à frente com visível dificuldade para copiar da lousa, por varias vezes utilizou-se da estratégia de levantar-se e ir até a lousa para confirmar o registro escrito, apresentou – se quieta e pouco falante ao contrário do restante da turma que é bastante agitada. Por duas vezes uma colega foi até a carteira da estudante com baixa visão e conversou com a mesma. Observou-se pouca interação da estudante com os demais colegas.

O outro momento na escola ocorreu no período da manhã com o objetivo de realizar a entrevista com as professoras. Inicialmente conversei com a coordenadora que posteriormente encaminhou-me a sala de aula das professoras com estudantes com deficiência visual incluídos na classe comum. Iniciamos uma conversa a respeito da Inclusão Escolar no município, logo após, eu e a professora “A” fomos a sala da diretora e iniciamos o roteiro da entrevista, que ao final o mesmo procedimento foi feito com a professora “B”. As professoras denominadas aqui de A e B apresentaram comportamentos distintos em relação a participação no presente estudo. Enquanto a professora “A” se dispôs a conversar e responder alguns questionamentos que foram feitos no decorrer da conversa a respeito da estudante com deficiência visual, a professora B” mostrou-se pouco receptiva e introspectiva, motivo pelo qual ficamos pouco tempo juntas para responder.

Passaremos a apresentar os dados obtidos com esse estudo, ressaltamos que evidenciaremos as questões do questionário e na sequencia a resposta obtida com as professoras participantes.

Pergunta 1) feita foi: O Projeto Pedagógico de sua escola contempla ações voltadas para a Educação Inclusiva?

Uma professora respondeu que sim no que se refere a aquisição de material didático apropriado para o aluno com Necessidades Educacionais Especiais. A outra professora respondeu que não.

Percebe-se que nem todos os professores estão inseridos no processo de elaboração do PP, ou a escola não se preocupa em inseri-los, pois as respostas divergem mesmo se tratando da mesma escola.

De acordo com a Resolução Nº 2/2001 art. 15 A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais de alunos, respeitadas além das diretrizes curriculares de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Pergunta 2) A escola disponibiliza espaço físico, acessível aos estudantes com deficiência visual seja ele cego ou baixa visão?

As professoras foram unanimes em suas respostas ao afirmarem que o espaço físico da escola não é acessível aos estudantes que possuem deficiência visual.

Porém, ainda citando a Resolução Nº 2 CNE/CEB, prevê

Art.12 Os sistemas de ensino nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas na edificação-incluindo instalações, equipamentos e mobiliário-e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários. (BRASIL, 2001, p.3)

Pergunta 3) Em sua opinião como deve acontecer a Inclusão Escolar para estudantes com deficiência visual ou baixa visão?

As professoras responderam que primeiro é preciso adaptação do espaço escolar e posteriormente formação continuada para professores bem como diversidade em materiais didáticos voltados para a necessidade do aluno.

Ao falarmos em inclusão escolar o nosso pensamento deve ser de mudanças de condutas. Para tanto, o professor deverá não somente buscar a formação continuada, mas rever sua prática pedagógica diária, propor metodologias que possam servir como meio de eliminar todos os tipos de barreiras/preconceitos

que possam tornar discriminação contra as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Faz-se necessário, também a participação de todos os responsáveis do meio educacional como os gestores, familiares, professores e membros da comunidade escolar local.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana". Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente a ofertas de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação continuada docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

Pergunta 4) Em sua opinião, como amenizar ou sanar os desafios no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes?

Uma professora respondeu que será por meio de capacitação para os professores e turmas com números de alunos reduzidos. A outra professora respondeu que deverá ser por meio de projetos e formação continuada para professores.

Observa-se que as respostas das professoras são bem diferentes uma da outra, isso nos faz constatar que realmente as professoras não conhecem ou não viabilizam meios de recursos adequados para atender as especificidades desses estudantes, que de acordo com:

Raposo e Carvalho (2010, p.162) São consideradas ajudas técnicas aquelas que de alguma forma dão aluno autonomia na realização de suas atividades, como a ampliação de textos; softwares; cadernos com pautas ampliadas; lápis e canetas com grafites mais escuros; pranchas de plano inclinado; guias para leitura; lentes especiais; sistema de ampliação de imagens; enfim, adaptações em materiais e recursos especiais.

Pergunta 5) Você acredita que as práticas pedagógicas dos professores estão contribuindo para melhorar a autoestima desses estudantes?

As duas professoras responderam sim, mas não são suficientes.

Mais uma vez fica claro que a utilização de métodos e recursos didáticos por parte das professoras não consiste em uma alternativa para atender as necessidades desses educandos. Enquanto que :

O MEC, por meio do projeto ESCOLA VIVA enfatiza que; adaptar o método de ensino as necessidades de cada aluno é na realidade um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender. Faz parte da tarefa do ensinar procurar as estratégias que melhor respondam as características e as necessidades peculiares a cada aluno. (BRASIL-Projeto Escola Viva, 2000 Volume 6 p.24-25)

Pergunta 6): Em sua opinião, de que forma acontece a aprendizagem desses alunos?

As professoras foram unâimes nas respostas respondendo que a aprendizagem desses alunos acontece de forma mais lenta, diferente dos demais. Porém,

De acordo com Raposo e Carvalho (2010, p 157) Tunes, Tacca e Mitjáns Martinez (2006) afirmam que a dimensão social da aprendizagem se expressa, continuamente nos distintos processos desenvolvidos na escola. São as ações e emoções dos envolvidos; o papel do outro; as posições ocupadas pelo aluno em sua relação intersubjetiva com os demais sujeitos, bem como a capacidade de desenvolver competências curriculares específicas a escolarização. O fundamental dessa discussão é o fato de a dimensão social permear os distintos contextos, sendo um aspecto relevante da diversidade em qualquer etapa do ensino formal. Destacando o papel da dimensão social, essas autoras apontam a complexidade como características construtivas da aprendizagem, entendida como uma relação dialética integrando aspectos sociais e individuais.

Pergunta 7): A escola possui recursos ópticos e não ópticos para os estudantes com deficiência visual tais como: Material ampliado, Caneta ponta porosa, Lupa manual, Lupa eletrônica, Folha pautada, Máquina braile, Regletes ,Lápis 6B.

As respostas das professoras em sua maioria foram negativas, as duas professoras responderam sim quanto a caneta ponta porosa. Quanto a lupa manual e a folha pautada a professora B respondeu sim e a professora A respondeu não, para todos os outros recursos as respostas foram não.

Não é compreensível as respostas das duas professoras que atuam com alunos com baixa visão na mesma escola e, no entanto expressam diferentes respostas a respeito dos recursos ópticos e não ópticos existentes para esses estudantes. Retomando ao que diz a Resolução nº 2/2001 no que tange o Projeto Pedagógico da Escola

Resolução Nº 2/2001 art. 15 A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais de alunos, respeitadas além das diretrizes curriculares de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Enfim, cada escola devem elaborar seus projetos numa visão macro de ensino com objetivo de atender a todos baseado no respeito à diversidade e respondendo cada um individualmente de acordo com suas potencialidades e especialidades.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro questionamento levantado ao iniciar esta pesquisa foi: Conhecer e avaliar as condições atuais da escola para receber estudantes com baixa visão – deficiência visual.

A constatação foi que a escola não está totalmente preparada para a inclusão desses estudantes e fazer com que os emancipem numa educação de oportunidades e igualdades para todos, democratizando o acesso a favor da inclusão com intuito de cumprir os objetivos desta pesquisa, realizou-se uma busca sobre a escola inclusiva como espaço de desenvolvimento da cidadania. Realizou-se também, observação em sala de aula e entrevistas a duas professoras que atuam com estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (deficiência visual - baixa visão), onde percebe-se que o êxito na inclusão escolar depende dentre outros fatores da eficiência e da eficácia nos atendimentos a diversidade estudantil presentes nas instituições de ensino uma vez que existe um enorme caminho a percorrer e que perpassa todo o sistema de ensino da escola até a prática educacional em sala de aula. Enfim, todos precisam estar envolvidos na construção de um fazer pedagógico que fomente a inclusão escolar dos estudantes com baixa visão – deficiência visual, removendo barreiras sejam elas de acessibilidade ou curricular.

Devemos continuar na busca que ainda não se sabe. A inclusão nos remete a uma busca pela construção de novos rumos, novos caminhos, pois, o processo de inclusão ainda é um desafio para os profissionais da educação e para os educandos.

Para que a educação inclusiva de fato aconteça é fundamental a utilização de métodos e recursos específicos durante o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fabio (org.) **Educação Inclusiva: O Município.** MEC.

Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2006 (Série: Educação Inclusiva:2)

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. – 12 ed. – Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011. Disponível em <http://www.almg.gov.br/downloads/ConstituicaoFederal.pdf> Acesso em 03/03/11.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Ministério da Educação. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva**-Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola- Alunos com necessidades educacionais especiais – Adaptações curriculares de pequeno porte, volume-Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial,2000.,

BRASIL, Ministério da Educação Resolução CNE/CEB Nº2 **Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica** – Brasília, 2001.Disponível em <http://www.mec.gov.br/seespgov.br>

BRASIL **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede pública.** Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 1998.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão:** Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARROL, Thomas. **Cegueira – o que ela é, o que faz e como conviver com ela.** CNEC/MEC/FLCB, São Paulo, 1968.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza.(Org). **Pesquisa social** – Teoria, métodos e criatividade. 6^a Ed. Ed. VOZES, Petrópolis, 1994.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, et al. **Atendimento Educacional Especial: Aspectos Legais e Orientação Pedagógica.** MEC, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2007.

GLAT, Rosana. FERNANDES, Edicleá Mascarenhas. **Da educação segregada à educação inclusiva:** uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira.

<http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/Edu_segrega.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

MASI, Ivete De. **Deficiente visual, educação e reabilitação.** MEC, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2002.

MUNIZ, Paulo César, et al. **Educação Especial, atuais desafios.** Interamericana. Rio de Janeiro, 1980.

OCHAÍTA, Esperanza; ESPINOSA, María Ángeles **Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais.** In Cesar Cooll, Alvaro Marchesi, Jesús Palacios e Colaboradores. Desenvolvimento Psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Ed.Artmed. Porto Alegre, 2004.

ROTH, Berenice Weissheimer (org.). **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

RAPOSO, Patrícia Neves; Carvalho, Erenice Natalia S. A pessoa com deficiência visual na escola. MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane (org.) **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.** Ed. UnB. Brasília, 2010

SOUZA, Amaralina Miranda de. **Inclusão:** História, conceitos e problematização. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2005.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL/ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UAB/ UNB CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO , EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR.

Professor (a),

Este é um instrumento de coleta de dados para uma pesquisa que tem como objetivo investigar o processo de aprendizagem de estudantes cegos e com baixa visão da rede pública de ensino da Secretaria Municipal de Novo Gama –GO.

Pretende-se ainda, conhecer o acervo bibliográfico adaptado e suas práticas pedagógicas realizadas pelos professores do ensino fundamental.

Contamos com sua valiosa e imprescindível colaboração no sentido de participar como voluntária desta pesquisa.

Obrigada pela atenção.

Catarina França Lopo Vieira

DADOS DO ENTREVISTADO

Idade: _____ **Sexo:** _____ **Série que atua:**_____

Formação/Graduação:_____

Especialização:_____

Tempo de serviço na SEEGO:_____

Curso na área de Deficiência Visual:

Onde realizou sua formação para atuar na área_____

Tempo de serviço na educação:_____

Tempo de serviço com estudantes com Deficiência Visual:_____

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. O Projeto Pedagógico de sua escola contempla ações voltadas para a Educação Inclusiva?

Respostas: Professora A – Sim com materiais didáticos

Professora B – Não

2. A Escola disponibiliza espaço físico, acessível aos estudantes com Deficiência Visual? Seja ele cego ou baixa visão.

Respostas: Professora A - Não

. Professora B - Não

3. Em sua opinião, como deve acontecer a Inclusão escolar para estudantes com Deficiência Visual?

Respostas: Professora A – Primeiramente adaptação do espaço na escola, formação continuada para professores e diversidade em materiais.

Professora B – Materiais adequados as necessidades do aluno e qualificação do professor.

4. Em sua opinião, como amenizar ou sanar os desafios no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes?

Respostas: Professora A – Capacitar os professores e diminuir o número de estudantes em sala de aula.

Professora B - Por meio de projetos, formação continuada para professores.

5. Você acredita que as práticas pedagógicas dos professores estão contribuindo para melhorar a autoestima desses estudantes?

Respostas: Professora A – Sim, mas não é suficiente.

Professora B – Sim, desde que sejam práticas positivas que os emancipe.

6. Em sua opinião, de que forma acontece a aprendizagem desses alunos?

Respostas: Professora A – De forma mais lenta, ritmo diferente

Professora B - Com dificuldade, diferente dos demais.

7. A escola possui de recursos ópticos e não ópticos para os estudantes com Deficiência Visual tais como:

Material Ampliado () Respostas: Professora A - Não

Professora B - Não

Caneta Ponta Porosa Respostas: Professora A - Sim

Professora B – Sim

Lupa Manual () Respostas: Professora A – Não

Professora B – Sim

Lupa Eletrônica () Respostas: Professora A – Não

Professora B - Não

Folha Pautada () Respostas: Professora A – Não

Professora B - Sim

Maquina Braile () Respostas: Professora A – Não

Professora B - Não

Regletes () Respostas: Professora A – Não

Professora B - Não

Lápis 6B () Respostas: Professora A – Não

Professora B - Não

ANEXO

A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PROFESSORES)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre: A Inclusão de dois estudantes com deficiência visual na visão dos professores. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa: Observação da rotina escolar dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, e entrevista a duas professoras de estudantes com deficiência visual da Escola Municipal Dalva VI, Novo Gama-GO. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (061) 95520560 ou no endereço eletrônico betalopo20@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Catarina França Lopo Vieira

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome:

—

Assinatura:

E-mail:(opcional):
